

Ata nº 72

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Casa do Povo de Vila Nova de Anha, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha, presidida por Duarte José Faria Vilar de Figueiredo e com a presença dos seguintes elementos: Catarina Felgueiras Portela, Eduardo Alberto Lima Torres, Domingos Sampaio Pereira, Lúcia Silva Marinho Novo, Manuel Fernando Lima Damião, Ricardo Nuno de Sá Rego e José Augusto Meira Castro. Também estiveram presentes: Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos, José Carlos Oliveira Gonçalves e Ana Sofia Lima Novo, do corpo executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha.

A ordem de trabalhos da presente reunião era a seguinte: **ponto um:** Período antes da ordem do dia; **ponto dois:** Informação do Presidente; **ponto dois:** Protocolo de Regularização dos terrenos Junta Freguesia/ADCA; **ponto três:** Acordo de Execução de Delegação de Competências – Espaços Verdes.

Antes de dar cumprimento à ordem de trabalhos, procedeu-se à aprovação com uma abstenção da ata nº71, respetiva à sessão anterior e às substituições dos membros da Assembleia de Freguesia que as solicitaram.

No âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos (“Período antes da ordem do dia”) houve três inscrições: Ricardo Nuno de Sá Rego, Lúcia Silva Marinho Novo e José Augusto Meira Castro.

O membro da Assembleia Ricardo Rego iniciou a sua intervenção com a apresentação de um requerimento de complemento de informação relativo à nota de fornecedores apresentada na assembleia anterior, o qual foi de imediato reencaminhado pela Mesa da Assembleia para a Junta de Freguesia. Questiona ainda o executivo da Junta de Freguesia quanto a atividades e respetivos montantes gastos até 30 de junho nas escolas ao abrigo do protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Viana do Castelo, bem como, transferências efetuadas por esta no âmbito desse mesmo protocolo. O deputado solicita a beneficiação da estrada de acesso à escola do Monte da Ola e a resolução do acesso à Rua Nova, dado que o deslizamento de terras da mesma constitui um perigo na curva de acesso à rua do Centro. Solicita também informação relativa ao ponto de situação do quadro de pessoal da Junta de Freguesia e a posição desta quanto aos órgãos diretivos do agrupamento de escolas. Por fim, o membro da Assembleia Ricardo Rego pede informações sobre os seguintes assuntos que foram reportados pelos anhenses: situação da ligação da Rua da Serra Alta à Rua da Urze; ponto de situação relativa à substituição da “estrada do castelo” e ainda o ponto de situação quanto ao acesso ao porto de mar.

A segunda intervenção foi realizada pela deputada Lúcia Silva Marinho Novo onde solicitou informações quanto à Praia do Rodanho, nomeadamente se a Câmara Municipal de Viana do Castelo deu por concluída a obra do passadiço de acesso à praia do Rodanho e se o projecto Polis Litoral enquadrava quaisquer tipo de obra ou beneficiação que está enquadrada no eixo dois do projecto Polis Litoral e se este será posto em prática.

A terceira e última intervenção foi realizada pelo membro da Assembleia José Augusto Meira Castro onde este saúda a Junta de Freguesia pela sua vitória nas eleições e questiona a mesma quanto ao estado da carrinha de combate aos incêndios. Solicita ainda informação relativa ao ponto de situação de acesso aos terrenos da praia do Rodanho, se a providência cautelar interposta surtiu algum efeito, o porquê do diferendo entre a Junta de Freguesia e o proprietário dos terrenos e, ainda se existem projetos para atração de turismo à praia por parte da Junta. O deputado finaliza a sua intervenção questionando a Junta de Freguesia relativamente aos CTT, nomeadamente o vínculo contratual, quais os custos fixos existentes, se este acarreta prejuízo para a Junta de Freguesia, a razão pela qual estes serviços saíram da papelaria e ainda quem é o responsável pelo pagamento do salário e qual o procedimento que levou à contratação da funcionária do Posto de Correios.

O Presidente da Junta de Freguesia responde ao deputado Ricardo Rego dizendo que relativamente às questões das faturas não tinha qualquer obrigação de lhe fazer chegar a informação com o detalhe agora lhe é pedido. Quanto aos protocolos das escolas, referiu que estes deixaram de existir e que em 2013 foram gastos três mil e seiscentos euros com um reforço de mil e duzentos euros e ainda que foram gastos três mil euros na renovação das salas da escola primária. Quanto aos espaços públicos, Rui Matos afirma que isso é um serviço que tem de ser prestado pela Câmara Municipal de Viana do Castelo e que a nossa obrigação é a exposição dos problemas, referindo que a primeira exposição relativa ao acesso à escola do Monte da Ola foi realizada a vinte e oito de fevereiro do corrente ano. Relativamente aos recursos humanos esclarece que todos os contratos da junta de freguesia são nulos pela CCDRN, mas no entanto, o município e a junta não vão permitir que tal aconteça e que estão a proceder à regularização dos mesmos. Quanto à extensão de saúde o presidente da Junta de Freguesia informa que a Dr.^a Renata vai sair na medida em que não estava alocada ao Centro de Saúde e que a nova médica estará colocada em Vila Nova de Anha e Chafé com um reforço de três horas. Quanto ao Agrupamento de Escolas, Rui Matos esclarece que a Junta de Freguesia defende a melhor posição para a freguesia e que para o mega agrupamento ter sede em Vila Nova de Anha foi preciso muito trabalho. No que concerne à Rua da Urze esclarece que esta é um caminho de servidão e que a Junta está a tentar resolver o problema com a reparação e demolição de muros. Relativamente ao porto de mar, Rui Matos refere que é um documento estratégico de estruturas rodoviárias, ferroviárias e marítimas e que a obra irá ser realizada com o dinheiro do orçamento da administração do porto de Leixões do qual faz parte o porto de Viana. Por fim, quanto ao problema da prostituição esclarece que a obra do porto de mar será importante para acabar com este problema e que a junta já apresentou muitos ofícios.

O Presidente da Junta de Freguesia Rui Matos esclarece a deputada Lúcia Silva Marinho que a obra será concluída na próxima semana a obra de reparação dos passadiços estará concluída. Quanto ao Polis Litoral refere que esteve na Assembleia Municipal de acordo com o Executivo Municipal, em virtude de entender não fazia sentido reforçar o capital social se não se fizessem as obras. Todavia, informou que na mesma assembleia municipal se absteve de votar ao lado da Câmara porque percebeu que não existe dinheiro e muito nem vontade política e, por isso, Vila Nova

de Anha ficou de forano projecto do Polis Litoral não recebendo quaisquer beneficiação..

O Presidente da Junta de Freguesia responde ao deputado José Augusto Meira Castro referindo que a carrinha de combate aos incêndios está em perfeito funcionamento, que o processo de acesso à Praia do Rodanho está a decorrer em tribunal e que o diferendo não é entre a junta e o proprietário, mas sim entre este e o município. Relativamente aos CTT, Rui Matos esclarece que é o posto a norte do Porto com melhor funcionamento, que o salário é de 293,07 euros mais comissões e que escolheram a Sofia por ser um trabalho de muita responsabilidade e, por fim, que quem rescindiu o contrato foi o proprietário da papelaria.

No que diz respeito ao segundo ponto da ordem de trabalhos (“Informação do Presidente”) – (Ver Anexo Um), para além de apresentar detalhadamente os pontos já referido nos documento em anexo a esta Ata, o presidente do executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha agradeceu à direcção da Casa do Povo pela cedência do espaço para a realização da assembleia. Realçou a abertura da época balnear, a parceria existente entre a Junta de Freguesia e o Centro Social Paroquial e ainda as mostras existentes na junta sobre profissões, brinquedos e a feira das associações.

Para intervenções este ponto da Ordem de Trabalhos inscreveram-se dois membros da Assembleia de Freguesia: José Augusto Meira Castro e Ricardo Nuno de Sá Rego.

Na primeira inscrição, o deputado José Augusto questiona o executivo da Junta de Freguesia quanto à existência de um regulamento para a funcionária dos CTT.

Na segunda inscrição, o deputado Ricardo Rego refere a sua preocupação quanto ao facto de Vila Nova de Anha e Chafé dividirem a mesma médica e como Chafé tem um espaço físico com melhores condições que a médica opte por trabalhar em Chafé a tempo inteiro, com horário completo. Quanto à Polis Litoral, o deputado refere que a praia do Rodanho aparece referenciada nos pontos 2 e 4.2. Referiu ainda que em Dezembro apresentou uma proposta, que foi recusada pela Assembleia, no sentido de se criar uma comissão para mediar o conflito existente, e que sendo recusada, então a junta estava mandatada para a resolução do assunto e que agora não se podia desistir de reabilitar o espaço como sendo público.

O presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Figueiredo, como está mais por dentro deste assunto descreveu factualmente o problema quanto à Polis Litoral. Refere que o acionista da Câmara Municipal não priorizou a obra da Praia do Rodanho devido a um elevado grau de conflitualidades e dificuldade na realização da obra devido a dúvidas jurídicas.

No âmbito do terceiro ponto da ordem de trabalhos (“Protocolo de Regularização dos terrenos Junta Freguesia/ADCA”), o executivo da Junta de Freguesia apresentou uma proposta (Anexo Dois) e explicou que em mandatos anteriores se procedeu à aquisição de terrenos para alinhar o complexo desportivo e que é necessário regularizar a situação para a Junta de Freguesia se poder candidatar a projetos futuros. Não houve inscrições por parte dos membros da Assembleia de

Freguesia. Procedeu-se à votação da proposta em que esta foi aprovada por unanimidade.

No quarto ponto (“Acordo de Execução de Delegação de Competências – Espaços Verdes”), o executivo da Junta de Freguesia apresentou uma proposta (Anexo Três) e explica que ontem foi aprovado o mapa de atribuição de verbas às freguesias e informa que a verba atribuída a Vila Nova de Anha será de seis mil euros por ano. Informa ainda que estes acordos são plurianuais. Não houve inscrições por parte dos membros da Assembleia de Freguesia. Procedeu-se de imediato à votação da proposta em que esta foi aprovada por unanimidade.

Dada por encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa de Assembleia deu por aberto o período de intervenção do público presente. Neste período inscreveram-se seis cidadãos: Sr. João Rego, Sr^a. Ingrid Van Dorpe, Sr. Carlos Oliveira, Sr. João Maciel, Sr. Filipe Silva e Sr. José Freixo.

O Sr. João Rego esclarece que não é ele que divide as pessoas, mas que elas é que se dividem e que todos temos direito à opinião. No que diz respeito aos CTT, João Rego afirma que não sentiu que o serviço foi prejudicado e que a Sofia estava a fazer um bom trabalho.

Após esta intervenção, o deputado Ricardo Rego esclarece que somos todos anhenses e que a construção no Faro é uma nova exigência, há vinte anos era uma zona de apoio.

O Sr^a. Ingrid agradece a limpeza feita em frente à sua residência e refere que é totalmente contra a estrada de acesso ao porto de mar pois desta forma, Vila Nova de Anha ficará sem acesso à praia e que a Natureza irá acabar com a construção de armazéns.

O Sr. João Maciel refere que esta a ser muito lesado pela Junta de Freguesia e que quer saber quando é que as águas que lhe entram pelo portão serão resolvidas.

O Sr. Filipe Silva questionou a Junta de Freguesia quanto ao que estava a ser feito por esta juntamente com a Câmara Municipal para a resolução do problema de acesso às piscinas.

O Sr. José Freixo expressou o seu desagrado quanto à forma como o subsídio foi retirado pela Junta de Freguesia. Refere que faltam pagar cerca de setenta mil euros e que a Junta de Freguesia não prestou ajuda. Quanto à Escola dos Centenários como a sala servia de armazém e havia a AMVNA a precisar de um local foi cedido esse mesmo local à associação. No que concerne aos terrenos do complexo desportivo refere que o problema não é no terreno de entrada mas sim no seguinte. Relativamente à Associação de Pais informa que vão ser iniciadas as obras do passadiço. Por fim, afirma que não tem nada contra o executivo da Junta de Freguesia e que está só a zelar pelos seus interesses.

O presidente da Junta de Freguesia Rui Matos, refere que a divisão de opiniões é um problema de todas as freguesias. Explica que o porto de mar é importante para o dinamismo do local. No que diz respeito à Rua Nova, Rui Matos afirma que o dono da obra é o Centro Social Paroquial e que quem abriu a rua foi a

Junta de Freguesia. Por fim, informa que no princípio do mandato pediu uma reunião com o presidente da Câmara Municipal para falar sobre o assunto das piscinas e que até hoje ainda está à espera de resposta.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

(Duarte José Faria Vilar de Figueiredo)

A Primeira Secretária

(Catarina Felgueiras Portela)